

1. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Considerando-se essa afirmativa, julgue os itens relativos aos ativos, passivos e ao patrimônio líquido como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- II. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- III. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

**A sequência CORRETA é:**

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, V, V.
- d) V, F, F.

2. Uma Sociedade Empresária foi constituída, em 10.12.2016, com a subscrição de 200.000 ações pelo valor nominal de R\$3,50 cada uma.

Parte do Capital Subscrito foi integralizado, na mesma data, mediante 20% em dinheiro, 15% em mercadorias para revenda e 35% em veículos.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas é CORRETO afirmar que:**

- a) o Capital Integralizado é de R\$210.000,00.
- b) o Capital Investido é de R\$210.000,00.
- c) o Passivo Exigível é de R\$490.000,00.
- d) o Patrimônio Líquido é de R\$490.000,00.

3. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes informações referentes ao mês de dezembro de 2016:

✓ Despesa de dezembro de 2016, paga em janeiro de 2017	R\$34.000,00
✓ Despesa de janeiro de 2017, paga em dezembro de 2016	R\$48.000,00
✓ Despesa de dezembro de 2016, paga em dezembro de 2016	R\$74.000,00
✓ Receita de dezembro de 2016, recebida em janeiro de 2017	R\$99.000,00
✓ Receita de janeiro de 2017, recebida em dezembro de 2016	R\$84.000,00
✓ Receita de dezembro de 2016, recebida em dezembro de 2016	R\$39.000,00

Não há incidência de tributos e nem de acréscimos financeiros.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, a Sociedade Empresária apurou, no mês de dezembro de 2016:**

- a) Prejuízo de R\$117.000,00.
- b) Prejuízo de R\$35.000,00.
- c) Lucro de R\$30.000,00.
- d) Lucro de R\$66.000,00.

4. Uma Sociedade Empresária apresentou, em 31.12.2016, as seguintes informações de grupos de contas em valores líquidos, após a apuração e distribuição de resultados:

✓ Ativo Imobilizado	R\$3.250.000,00
✓ Bancos Conta Movimento	R\$375.000,00
✓ Clientes	R\$3.000.000,00
✓ Contas a Pagar	R\$2.750.000,00
✓ Créditos Fiscais e Tributários	R\$37.500,00
✓ Empréstimos Bancários	R\$2.500.000,00
✓ Estoques	R\$2.125.000,00
✓ Reserva de Lucros	R\$25.000,00
✓ Reservas de Capital	R\$500.000,00

Sabe-se que a relação de saldos não está completa e que o saldo da conta Capital Social não foi informado.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, os valores do Patrimônio Líquido e do Capital Social são, respectivamente:**

- a) R\$3.537.500,00 e R\$3.012.500,00.
- b) R\$3.537.500,00 e R\$3.512.500,00.
- c) R\$3.500.000,00 e R\$3.475.000,00.
- d) R\$3.500.000,00 e R\$2.975.000,00.

5. Uma Sociedade Empresária foi constituída em 2.1.2017. O estatuto fixou o valor de R\$1.000.000,00 como capital social a ser integralizado 40% no ano de 2017 e 60% no ano de 2018.

No ato da constituição, 40% do capital subscrito foi integralizado da seguinte forma:

- ✓ Integralização em dinheiro mediante depósito bancário: R\$300.000,00
- ✓ Integralização em móveis de uso avaliados, na forma da Lei n.º 6.404/76, em R\$100.000,00

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, após o registro contábil da subscrição do capital e da integralização, é CORRETO afirmar que, em janeiro de 2017, a Sociedade Empresária apresenta no Patrimônio Líquido:**

- a) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$1.000.000,00, um saldo credor na conta de Capital Subscrito no valor de R\$600.000,00 e um saldo credor na conta de Capital a Integralizar no valor de R\$400.000,00.
- b) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$1.000.000,00 e um saldo devedor na conta de Capital a Integralizar no valor de R\$600.000,00.
- c) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$400.000,00 e um saldo credor na conta de Capital Subscrito no valor de R\$400.000,00.
- d) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$400.000,00, um saldo credor na conta de Capital Subscrito no valor de R\$1.000.000,00 e um saldo devedor na conta de Capital a Integralizar no valor de R\$600.000,00.

6. Uma Sociedade Empresária adquiriu, à vista, mercadorias para revenda. O valor total da Nota Fiscal, emitida pelo fornecedor, foi de R\$200.000,00. Neste valor estão incluídos R\$34.000,00 referentes a ICMS a recuperar.

Adicionalmente, pagou R\$1.500,00, referentes ao transporte das mercadorias até o seu estabelecimento, sem incidência de ICMS na transação de frete.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, o lançamento contábil que representa adequadamente o reconhecimento da transação é:**

a)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$167.500,00
	DÉBITO	ICMS a Recuperar	R\$34.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$201.500,00
b)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$200.000,00
	DÉBITO	ICMS a Recuperar	R\$34.000,00
	DÉBITO	Fretes e Carretos – Despesa Administrativa	R\$1.500,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$201.500,00
	CRÉDITO	ICMS a Recolher	R\$34.000,00
c)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$166.000,00
	DÉBITO	ICMS a Recuperar	R\$34.000,00
	DÉBITO	Fretes e Carretos – Despesa Administrativa	R\$1.500,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$201.500,00
d)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$167.500,00
	DÉBITO	ICMS – Despesas Tributárias	R\$34.000,00
	DÉBITO	Fretes e Carretos – Despesa Administrativa	R\$1.500,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$203.000,00

7. Uma Sociedade Empresária, com um único estabelecimento, apresentou um saldo final de R\$1.200,00 de ICMS a Recuperar, em julho de 2017.

Em agosto de 2017, realizou as seguintes transações:

- ✓ Aquisição de mercadorias por R\$80.000,00. Neste valor está incluído Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS recuperável no valor de R\$9.600,00.
- ✓ Devolução de 10% das mercadorias adquiridas no mês de agosto de 2017.
- ✓ Venda, por R\$50.000,00, de 50% das mercadorias adquiridas. Sobre o valor da venda, incide ICMS à alíquota de 12%.

**Considerando-se que estas foram as únicas transações efetuadas no mês, após o registro contábil de apuração do ICMS, em 31.8.2017, a Sociedade Empresária apresentará um saldo de ICMS a Recuperar no valor de:**

- a) R\$3.600,00.
- b) R\$3.840,00.
- c) R\$4.800,00.
- d) R\$5.760,00.

8. Uma Sociedade Empresária apresentou o seguinte balancete, após a apuração e destinação do resultado, para elaboração do Balanço Patrimonial de 31.12.2016:

<b>Contas</b>	<b>Saldo em 31.12.2016</b>
13º Salário a Pagar	R\$15.000,00
Adiantamento de Cliente – Curto Prazo	R\$4.000,00
Adiantamento de Salários – Curto Prazo	R\$1.000,00
Bancos conta Movimento	R\$12.000,00
Capital Subscrito	R\$100.000,00
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	R\$2.000,00
Dividendo Adicional Proposto	R\$6.400,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R\$60.000,00
Empréstimos a Pagar – Longo Prazo	R\$40.000,00
Encargos Financeiros a Transcorrer de Empréstimos – Longo Prazo	R\$1.500,00
Férias a Pagar	R\$18.000,00
FGTS a Recolher	R\$2.700,00
Fornecedores – Curto Prazo	R\$133.000,00
ICMS a Recuperar – Curto Prazo	R\$2.000,00
INSS a Recolher	R\$9.000,00
Máquinas e Equipamentos – Bens em Operação	R\$12.000,00
Mercadorias para Revenda	R\$170.000,00
Participações em Coligadas	R\$75.000,00
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – Curto Prazo	R\$8.400,00
Prêmios de Seguro a Apropriar – Curto Prazo	R\$10.000,00
Reserva Legal	R\$5.000,00

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, o total do Ativo é de:**

- a) R\$331.100,00.
- b) R\$331.600,00.
- c) R\$340.000,00.
- d) R\$342.000,00.

9. Uma Sociedade Empresária apresenta as seguintes informações, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016, extraídas do seu balancete de verificação em 31.12.2016, das contas de resultado referentes a operações continuadas:

Custo com Venda do Imobilizado	R\$17.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$260.000,00
Despesas Administrativas	R\$15.000,00
Despesas Comerciais	R\$45.000,00
Faturamento Bruto de Vendas	R\$400.000,00
ICMS sobre Vendas	R\$48.000,00
Receita com Venda de Imobilizado	R\$14.000,00
Receita de Aluguéis	R\$40.000,00
Receita Financeira	R\$20.000,00
Vendas Canceladas	R\$10.000,00

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, o valor do Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do período é de:**

- a) R\$19.000,00.  
b) R\$22.000,00.  
c) R\$59.000,00.  
d) R\$62.000,00.
10. Assinale, entre as opções a seguir, aquela que apresenta a **CORRETA** relação entre o tipo de ativo e o exemplo de item a ser considerado na mensuração inicial como componente do seu custo.
- a) Ativo Imobilizado: custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço no mercado, incluindo propaganda e atividades promocionais.  
b) Ativo Intangível: honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais.  
c) Estoque: despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.  
d) Propriedade para Investimento: perdas operacionais incorridas antes de a propriedade para investimento ter atingido o nível de ocupação previsto.

11. De acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, o Valor Realizável Líquido é um parâmetro para a mensuração subsequente desse grupo de ativos.

O Valor Realizável Líquido de um estoque de Produtos em Elaboração é apurado pelo modelo apresentado a seguir:

	Preço de venda estimado no curso normal dos negócios
(-)	.....
(-)	<u>Gastos estimados necessários para se concretizar a venda</u>
=	Valor realizável líquido

**Assinale a opção que contém a descrição CORRETA do componente da linha pontilhada, omitido no modelo apresentado.**

- a) Custos de ociosidade.  
b) Custos de oportunidade.  
c) Custos estimados para reinvestimento.  
d) Custos estimados para sua conclusão.
12. Uma Sociedade Empresária extraiu os seguintes saldos entre as contas de resultado que virão a ser apresentadas em sua Demonstração do Resultado do período:

CÓDIGO	CONTA	VALOR	NATUREZA DO SALDO
3.06.01.01.001	IRPJ CORRENTE	R\$595.990.143,50	DEVEDOR
3.06.01.01.002	IRPJ DIFERIDO	R\$99.995.973,25	CREDOR
3.06.01.01.003	CSLL CORRENTE	R\$250.565.091,66	DEVEDOR
3.06.01.01.004	CSLL DIFERIDA	R\$36.000.000,00	CREDOR

As siglas IRPJ e CSLL referem-se, respectivamente, ao Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e a NBC TG 32 (R3) – TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, a Despesa com Tributos sobre o Lucro é de:**

- a) R\$495.994.170,25.  
b) R\$710.559.261,91.  
c) R\$846.555.235,16.  
d) R\$982.551.208,41.

13. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes informações quanto aos saldos de suas contas patrimoniais em 31.12.2016:

✓ Bancos Conta Movimento	R\$24.083,00
✓ Caixa	R\$2.043,00
✓ Capital a Integralizar	R\$11.158,00
✓ Capital Subscrito	R\$150.625,00
✓ Depreciação Acumulada de Edificações de Uso	R\$28.537,00
✓ Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R\$77.527,00
✓ Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R\$32.000,00
✓ Edificações de Uso	R\$183.904,00
✓ Empréstimos a Pagar – Curto Prazo	R\$79.068,00
✓ Empréstimos a Pagar – Longo Prazo	R\$17.621,00
✓ Encargos Financeiros a Transcorrer – decorrente de Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R\$2.161,00
✓ Fornecedores – Curto Prazo	R\$91.950,00
✓ ICMS a Recuperar – Curto Prazo	R\$2.851,00
✓ Mercadorias para Revenda	R\$128.391,00
✓ Reservas para Contingências	R\$28.657,00
✓ Telefone a Pagar – Curto Prazo	R\$3.660,00

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, é CORRETO afirmar que:**

- a) o saldo do Ativo Circulante é de R\$234.895,00.
- b) o saldo do Ativo Não Circulante é de R\$166.525,00.
- c) o saldo do Passivo Circulante é de R\$174.678,00.
- d) o saldo do Patrimônio Líquido é de R\$179.282,00.

14. As normas contábeis, atualmente em vigor no Brasil, requerem, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a identificação da Participação de Não Controladores.

**Considerando-se o que dispõe a NBC TG 36 (R3) – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, a participação de não controlador é:**

- a) a parte do ativo da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.
  - b) a parte do ativo da controladora não atribuível, direta ou indiretamente, à controlada.
  - c) a parte do patrimônio líquido da controladora não atribuível, direta ou indiretamente, à controlada.
  - d) a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.
15. De acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a apresentação das despesas na Demonstração do Resultado do período poderá utilizar uma classificação com base na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade.

**Assinale a opção que contém apenas exemplos de despesas classificadas por Natureza:**

- a) Despesas Administrativas, Despesas com Depreciação e Despesas com Vendas.
- b) Despesas com Benefícios a Empregados, Despesas com Publicidade e Despesas com Depreciação.
- c) Despesas com Benefícios a Empregados, Custo dos Produtos Vendidos e Despesas Administrativas.
- d) Despesas com Vendas, Despesas com Depreciação e Custo dos Produtos Vendidos.

16. Uma Sociedade Empresária apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2016, diante da presença de indicativo de perda para um determinado ativo imobilizado – mas antes da realização do Teste de Redução ao Valor Recuperável –, um imobilizado registrado pelo valor contábil de R\$20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:
- ✓ Custo de Aquisição: R\$24.000.000,00.
  - ✓ Depreciação Acumulada: R\$4.000.000,00.

Após realizar o Teste de Redução ao Valor Recuperável para este ativo imobilizado, a Sociedade Empresária obteve as seguintes informações:

- ✓ Valor em uso do imobilizado: R\$21.000.000,00.
- ✓ Valor justo líquido das despesas de venda do imobilizado: R\$19.000.000,00.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, para a correta evidenciação dos fatos apresentados nas Demonstrações Contábeis do ano de 2016, a Sociedade Empresária deve:**

- a) manter o valor contábil de R\$20.000.000,00 no Balanço Patrimonial apresentado ao final do ano de 2016.
- b) reconhecer uma perda estimada para redução ao valor recuperável, na Demonstração do Resultado do período, no valor de R\$1.000.000,00.
- c) reconhecer, no resultado do ano de 2016, uma perda estimada para redução ao valor recuperável no valor de R\$3.000.000,00.
- d) reverter parcialmente a Depreciação Acumulada e reconhecer um ganho, na Demonstração do Resultado do período, de R\$1.000.000,00.

17. Em 1º.7.2017, uma Academia de Ginástica inaugurou suas instalações com o lançamento de uma campanha que consiste em que seus alunos paguem o pacote trimestral promocional no valor de R\$375,00, à vista, no ato da matrícula.

Aderindo a esse pacote, o contrato firmado entre as partes garante ao aluno o direito de frequentar a Academia em qualquer horário, durante três meses, sete dias da semana.

O contrato prevê que, independentemente da frequência do contratante, ao fim de cada mês o valor proporcional é considerado devido e não mais passível de devolução.

No mesmo dia da inauguração, a Academia de Ginástica efetuou a matrícula de 20 alunos e registrou o recebimento, em dinheiro, em seu Caixa no valor de R\$7.500,00.

Durante todo o mês de julho, a Academia de Ginástica não efetuou mais nenhuma matrícula e funcionou regularmente. Ao final do mês, apurou que, em média, o comparecimento dos alunos foi de 50%.

A Academia de Ginástica apura mensalmente suas receitas e despesas, em atendimento ao Regime de Competência.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 30 – RECEITAS; e desconsiderando-se os aspectos tributários, o valor da receita que deve ser reconhecida no mês de julho de 2017 é de:**

- a) R\$1.250,00.
- b) R\$2.500,00.
- c) R\$3.750,00.
- d) R\$7.500,00.

18. Em 31.12.2016, uma Sociedade Empresária adquiriu o direito de uso de uma patente por R\$1.800.000,00; pagou 80% à vista e o restante com vencimento em 31.1.2017. Para fins de registro contábil do ativo, o efeito do valor do dinheiro no tempo foi considerado imaterial.

Essa patente permite à Sociedade Empresária fabricar e comercializar, durante os próximos 6 anos, um produto exclusivo e de grande aceitação no mercado.

A projeção de produção e comercialização desse produto é apresentada a seguir:

<b>ANO</b>	<b>VOLUME DE PRODUÇÃO E VENDAS</b>
1	100.000 unidades
2	200.000 unidades
3	300.000 unidades
4	350.000 unidades
5	200.000 unidades
6	50.000 unidades
<b>TOTAL</b>	<b>1.200.000 unidades</b>

Informações Adicionais:

- ✓ A Sociedade Empresária utiliza, como Critério de Amortização, o Método de Unidades Produzidas.
- ✓ Ao final do 6º ano de utilização, a patente tem valor residual estimado igual a zero.
- ✓ Conforme projetado, no 1º ano foram produzidas e vendidas 100.000 unidades e não houve alteração do volume de produção previsto para os anos seguintes.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, o valor contábil do grupo Ativo Não Circulante – Intangível, ao final do 1º ano, será de:**

- a) R\$1.440.000,00.
- b) R\$1.500.000,00.
- c) R\$1.650.000,00.
- d) R\$1.800.000,00.

19. Uma Sociedade Empresária, em 31.12.2016, apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

<b>Contas</b>	<b>Saldos</b>
Adiantamento a Empregados	R\$5.700,00
Adiantamento de Cliente	R\$13.900,00
Adiantamentos a Fornecedores	R\$12.500,00
Caixa	R\$51.200,00
Capital a Integralizar	R\$59.500,00
Capital Subscrito	R\$115.000,00

No mês de janeiro de 2017, ocorreu um único fato: o fornecedor entregou mercadorias destinadas a revenda, no valor de R\$12.500,00, que já haviam sido pagas antecipadamente.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e desconsiderando-se os efeitos tributários, o total do Ativo em 31.1.2017 é de:**

- a) R\$63.700,00.  
b) R\$69.400,00.  
c) R\$70.800,00.  
d) R\$83.300,00.
20. No Brasil, conforme disposto pela Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, o Patrimônio Líquido é dividido nos seguintes grupos:
- a) Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.  
b) Capital Social, Reservas de Reavaliação, Reservas de Contingência, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.  
c) Capital Subscrito, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Dividendo Mínimo Obrigatório.  
d) Capital Subscrito, Reservas de Capital, Juros sobre o Capital Próprio, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Lucros Acumulados.

21. A Lei n.º 6.404/76 estabelece que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados discriminará:
- I. o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
  - II. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e
  - III. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

**Considerando-se o que dispõe a Lei n.º 6.404/76, no que se refere à Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do Capital Social e poderá ser incluída na Demonstração do Valor Adicionado, se elaborada e publicada pela companhia.
- b) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados poderá indicar o montante do dividendo por ação do Capital Social e deverá ser incluída na Demonstração de Resultado do período, a ser elaborada e publicada pela companhia.
- c) Na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- d) Na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de avaliação de ativos, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, desde que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

22. Uma Sociedade Empresária adquiriu, em 31.12.2015, um caminhão, por R\$700.000,00, à vista, e o registrou como um Ativo Imobilizado.

A Sociedade Empresária definiu a vida útil do caminhão em 600.000 km e o valor esperado de venda para esse caminhão, ao final de sua vida útil, foi estimado em R\$100.000,00.

Em 30.6.2017, a Sociedade Empresária vendeu o caminhão por R\$415.000,00, à vista.

Sabe-se, ainda, que a Sociedade Empresária calcula a depreciação de acordo com a quilometragem percorrida pelo caminhão e que, até o momento da venda, o caminhão havia percorrido 300.000 km.

A estimativa de vida útil e o valor residual não sofreram alterações.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, no que se refere à apuração do Resultado Líquido relativo à baixa do Ativo Imobilizado – Veículo de Uso, a Sociedade Empresária incorreu em:**

- a) ganho de R\$115.000,00.
- b) ganho de R\$15.000,00.
- c) perda de R\$115.000,00.
- d) perda de R\$15.000,00.

23. Conforme a terminologia aplicável na Contabilidade de Custos, a aquisição de matéria prima para utilização futura e o consumo de material secundário utilizado na produção são classificados, respectivamente, como:

- a) custo e custo.
- b) custo e investimento.
- c) investimento e custo.
- d) investimento e investimento.

24. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes informações relativas à produção do Produto **A**, no mês de julho de 2017:

✓ Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	R\$25.000,00
✓ Estoque Final de Produtos em Elaboração	R\$10.000,00
✓ Matéria Prima Consumida	R\$90.000,00
✓ Mão de Obra Direta	R\$26.000,00
✓ Custos Indiretos de Fabricação alocados ao Produto <b>A</b>	R\$19.000,00

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e utilizando-se o Custeio por Absorção, o Custo dos Produtos Acabados, em julho de 2017, é de:**

- a) R\$125.000,00.
- b) R\$131.000,00.
- c) R\$135.000,00.
- d) R\$150.000,00.

25. Em 30.6.2016, uma Indústria que atua no ramo de confecção adquiriu 5.000 metros de tecido por R\$50.000,00. Incorreu também em frete para transporte desse tecido, no valor de R\$10.000,00.

Durante o mês de julho de 2017, fabricou 2.000 unidades de um único produto, com 4.000 metros de tecido.

Além do tecido, também foram aplicados à produção os seguintes custos:

- ✓ Mão de obra direta das costureiras: R\$18,00 por unidade produzida.
- ✓ Depreciação das máquinas: R\$1.000,00 no mês, calculada pelo Método Linear.
- ✓ Mão de obra do supervisor de produção: R\$16.000,00 no mês.
- ✓ Aluguel mensal da área de produção: R\$3.000,00.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e desconsiderando-se os aspectos tributários, o total de Custos Variáveis aplicados a produção das 2.000 unidades, no mês de julho de 2017, foi de:**

- a) R\$76.000,00.
- b) R\$80.000,00.
- c) R\$84.000,00.
- d) R\$96.000,00.

26. Considerando-se o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o registro contábil da constituição de uma provisão será efetuado a crédito de conta de Provisões e a débito de conta pertencente ao grupo de:
- a) Créditos Empenhados a Liquidar.
  - b) Créditos Empenhados em Liquidação.
  - c) Variações Patrimoniais Aumentativas.
  - d) Variações Patrimoniais Diminutivas.
27. A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, assim como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas pela Contabilidade Pública, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP dispõe sobre regras de integridade relativas ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Uma das regras de integridade refere-se aos Lançamentos Contábeis, sendo que o MCASP destaca que o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.

O PCASP está dividido em oito classes, a saber: 1 – Ativo; 2 – Passivo; 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas; 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas; 5 – Controle e Aprovação do Planejamento e Orçamento; 6 – Controle e Execução do Planejamento e Orçamento; 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores.

**Considerando-se o que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre as regras de integridade do PCASP, assinale a afirmativa CORRETA em relação aos lançamentos contábeis.**

- a) Lançamentos de natureza orçamentária debitam e creditam contas das classes 5 e 6, apenas.
- b) Lançamentos de natureza orçamentária debitam e creditam contas das classes 7 e 8, apenas.
- c) Lançamentos de natureza patrimonial debitam e creditam contas das classes 1, 2 e 7, apenas.
- d) Lançamentos de natureza patrimonial debitam e creditam contas das classes 1, 2 e 5, apenas.

28. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP distingue a dívida ativa quanto à origem, conforme previsto na Lei n.º 4.320/1964: dívida ativa tributária e dívida ativa não tributária.

**Considerando-se o que estabelece a Lei n.º 4.320/64, assinale a opção que contenha apenas itens que podem dar origem à inscrição em Dívida Ativa Tributária.**

- a) Empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza.
  - b) Foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.
  - c) Impostos, taxas, contribuição de melhoria e os respectivos adicionais e multas.
  - d) Indenizações e créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira.
29. Uma Indústria produz um único produto e adota como método de custeamento o Custeio Variável. Essa Indústria apresentou, em 31.8.2017, a seguinte Demonstração de Resultado para fins gerenciais, referente ao mês de agosto, equivalente à produção e venda de 500 unidades:

**Demonstração de Resultado para fins gerenciais**

Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$450.000,00
(-) Tributos sobre Vendas	(R\$81.000,00)
(-) Comissão sobre Vendas	(R\$18.000,00)
(-) Custos Variáveis	(R\$200.000,00)
= Margem de Contribuição	R\$151.000,00
(-) Custos Fixos	(R\$85.000,00)
(-) Despesas Fixas	(R\$34.000,00)
= Resultado do Período	R\$32.000,00

Para o mês de setembro de 2017, a Indústria estima produzir e vender 400 unidades desse mesmo produto, nas mesmas condições e com a mesma estrutura disponível em agosto de 2017.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, a Margem de Contribuição Total da Indústria, prevista para setembro de 2017, é de:**

- a) R\$151.000,00.
- b) R\$120.800,00.
- c) R\$117.200,00.
- d) R\$104.600,00.

30. No mês de agosto de 2017, uma Indústria produziu e vendeu 5.000 unidades de um único produto e apresentou a seguinte Demonstração de Resultado para fins gerenciais, de acordo com o método de Custeio Variável:

<b>Demonstração do Resultado para fins gerenciais</b>	
Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$2.500.000,00
(-) Tributos sobre Vendas	(R\$450.000,00)
= Receita Líquida de Vendas	R\$2.050.000,00
(-) Custos Variáveis	(R\$750.000,00)
(-) Comissão sobre Vendas	(R\$125.000,00)
= Margem de Contribuição	R\$1.175.000,00
(-) Custos Fixos	(R\$1.222.000,00)
(-) Despesas Fixas	(R\$188.000,00)
= Resultado do Período	(R\$235.000,00)

Informação Adicional:

- ✓ No valor dos Custos Fixos está incluído o valor de R\$117.500,00 referente à depreciação das máquinas e equipamentos da Indústria.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, em relação ao ponto de equilíbrio, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Se a Indústria produzir e vender 5.100 unidades mensais, terá prejuízo de R\$23.500,00.
- b) Se a Indústria produzir e vender 5.500 unidades mensais, atingirá o ponto de equilíbrio financeiro.
- c) Se a Indústria produzir e vender 6.000 unidades mensais, atingirá o ponto de equilíbrio contábil.
- d) Se a Indústria produzir e vender 6.400 unidades mensais, terá lucro de R\$94.000,00.

31. De acordo com o que estabelece o Código Tributário Nacional a respeito da interpretação e integração da legislação tributária, é **CORRETO** afirmar que:
- a) a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário; a outorga de isenção; e a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, é interpretada literalmente.
  - b) em caso de dúvida quanto à autoria, imputabilidade ou punibilidade, interpreta-se a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, da maneira menos favorável ao acusado.
  - c) na ausência de disposição expressa, para aplicar a legislação tributária a autoridade competente utilizará, sucessivamente, na ordem indicada: os princípios gerais de direito privado; a equidade; a ampla defesa.
  - d) o emprego da analogia e da equidade na interpretação da legislação tributária deverão resultar, respectivamente, em exigência de tributo não previsto em lei e na dispensa do pagamento de tributo devido.
32. A Lei n.º 6.404/76 estabeleceu, em seu art. 15, que: as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

A Seção IV, art. 20, da mesma lei, estabelece a forma pela qual essas ações podem ser constituídas.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com o texto atual da Lei n.º 6.404/76, quanto à forma, as ações devem ser:**

- a) endossáveis apenas.
- b) nominativas apenas.
- c) endossáveis ou ao portador.
- d) nominativas, endossáveis ou ao portador.

33. O art. 966 da Lei n.º 10.406, de 10.1.2002, que institui o Código Civil, afirma: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

Em relação à capacidade do empresário, julgue as afirmativas a seguir, classificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F), e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:

- I. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. A pessoa legalmente impedida de exercer a atividade de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- II. O incapaz, mesmo que por meio de representante legal ou devidamente assistido, não poderá continuar a sociedade empresária, e sua participação no capital social da empresa deverá ser transferida para um tutor nomeado judicialmente.
- III. Os cônjuges casados em regime da comunhão universal de bens podem contratar sociedade entre si, sendo vedada a alienação dos imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.

**A sequência CORRETA é:**

- a) F, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, V.

34. Uma Sociedade Empresária tomou um empréstimo de R\$60.000,00, a ser pago em três parcelas anuais e consecutivas.

A taxa de juros contratada na operação foi de 14,4% ao ano.

O sistema de amortização do contrato é o Sistema Price, ou seja, as prestações são iguais, periódicas e consecutivas, determinadas de acordo com a fórmula a seguir.

$$PMT = PV \times \left[ \frac{(1+i)^n \times i}{(1+i)^n - 1} \right]$$

Onde: *PMT* = Valor da prestação  
*PV* = Valor presente  
*n* = Número de períodos  
*i* = Taxa de juros

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, o valor desembolsado anualmente para pagamento de cada prestação será de, aproximadamente:**

- a) R\$29.943,88.
- b) R\$26.017,52.
- c) R\$22.880,00.
- d) R\$20.000,00.

35. Em 30.6.2017, uma Sociedade Empresária tomou um empréstimo bancário no valor de R\$100.000,00 que deverá ser pago em 30.12.2017.

A taxa de juros composta para a operação foi fixada pelo banco em 3% ao mês, capitalizada mensalmente.

Na data da liberação da operação, o banco cobrou uma taxa administrativa de liberação de contrato no valor de R\$2.000,00, e o valor creditado na conta corrente bancária da Sociedade Empresária foi de R\$98.000,00.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, o valor que mais se aproxima do valor a ser pago pela Sociedade Empresária em 30.12.2017 é:**

- a) R\$115.640,00.
- b) R\$117.017,13.
- c) R\$118.000,00.
- d) R\$119.405,23.

36. A NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, ao dispor sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, estabelece que, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Com relação a essas características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A informação contábil-financeira relevante é apenas aquela cujo montante monetário é elevado.
- II. Informação contábil-financeira relevante apresenta valor preditivo, confirmatório ou ambos.
- III. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos: ser completa, neutra e livre de erro.

**A sequência CORRETA é:**

- a) F, V, V.
- b) F, F, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, F.

37. De acordo com o que define a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, em relação às características qualitativas de melhoria das informações contábeis, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) A Comparabilidade permite que os diferentes usuários das informações contábeis identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
  - b) A Verificabilidade indica que a entidade deve fornecer informações exclusivas aos diferentes usuários da informação contábil, de acordo com os seus interesses.
  - c) Compreensibilidade consiste em classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível.
  - d) Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
38. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. A advertência reservada é uma das penalidades previstas pelo Código de Ética Profissional do Contador.
  - II. Na aplicação das sanções éticas, pode ser considerada como atenuante a existência de punição ética anterior transitada em julgado.
  - III. O Profissional da Contabilidade poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.

**A sequência CORRETA é:**

- a) F, F, F.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, V.

39. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.
  - b) O Profissional da Contabilidade não poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mesmo que mantenha como sua a responsabilidade técnica.
  - c) O Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
  - d) O Profissional da Contabilidade, quando substituído em suas funções, deve informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas.
40. Com relação à obrigatoriedade de apresentação da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS e ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. A NBC TG 26 (R4) estabelece que a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados integra o conjunto completo das Demonstrações Financeiras.
  - II. A ITG 1000 estabelece que a entidade deve elaborar obrigatoriamente a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, juntamente com o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.
  - III. A NBC TG 1000 (R1) estabelece que a entidade pode apresentar uma única Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados no lugar da Demonstração do Resultado Abrangente e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis.

**A sequência CORRETA é:**

- a) F, F, V.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, F.

**41.** Os ativos biológicos são definidos pela NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA como “um animal e/ou uma planta, vivos”.

A mesma Norma define produção agrícola como “produto colhido de ativo biológico da entidade”.

O ponto de colheita ou abate é o momento em que o ativo em questão passará a estar sob o escopo da NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, deixando de estar sob o escopo da NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA. Esse ponto é, portanto, o último em que o elemento será mensurado de acordo com o critério previsto na NBC TG 29 (R2).

**Considerando-se o que dispõe a NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA e atendidos os requisitos de reconhecimento, o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado:**

- a) alternativamente, ao custo ou ao Valor Realizável Líquido, dos dois o menor.
- b) alternativamente, ao custo ou ao Valor Reavaliado, dos dois o maior.
- c) obrigatoriamente, ao custo menos a exaustão.
- d) obrigatoriamente, ao valor justo, menos a despesa de venda.

**42.** Considerando-se apenas o disposto na NBC TG 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- a) custos com aquisição de matéria-prima de terceiros; insumos adquiridos de terceiros.
- b) materiais, energia e outros; serviços de terceiros, comissões líquidas; variação das despesas de comercialização diferidas; perda e recuperação de valores ativos.
- c) pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio e dividendos; lucros retidos/prejuízos do exercício.
- d) resultado de equivalência patrimonial; receitas financeiras; outras receitas.

43. Uma Sociedade Empresária tem uma política ambiental extensamente conhecida, na qual realiza a limpeza de toda a contaminação que venha a causar. Sabe-se que essa Sociedade Empresária apresenta boa reputação quanto ao cumprimento dessa política.

Não há nenhuma legislação ambiental na jurisdição que determine responsabilidade em caso de danos ambientais.

Durante uma atividade naval desenvolvida pela Sociedade Empresária, uma embarcação foi danificada e derramou uma quantidade substancial de óleo no mar.

A Sociedade Empresária concorda em pagar pelos custos da limpeza imediata e os custos contínuos de monitoramento e assistência aos pássaros e animais marinhos.

No momento, a Sociedade Empresária não consegue programar a data exata em que serão desembolsados os custos mencionados, mas consegue estimá-los com confiabilidade.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 25 (R1) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, assinale a alternativa que indica a atitude CORRETA que a Sociedade Empresária deve tomar em relação ao registro contábil do dano ambiental por ela causado.**

- a) A Sociedade Empresária deve reconhecer um passivo contingente, uma vez que existe uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não pode ser reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e não existe uma obrigação legal ou contratual formalizada.
- b) A Sociedade Empresária deve reconhecer um passivo contingente, uma vez que existe uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não pode ser reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- c) A Sociedade Empresária deve reconhecer uma provisão, pois sua reputação cria para ela uma obrigação não formalizada quanto ao cumprimento de sua política.
- d) A Sociedade Empresária não deve reconhecer uma provisão em função de não existir nenhuma obrigação formalizada em contratos ou leis ou acordos escritos.

44. No início do mês de julho de 2017, os auditores internos de uma Sociedade Empresária verificaram as informações constantes nas Demonstrações Contábeis encerradas em 30.6.2017. Ao verificar os controles do Setor Financeiro, receberam as seguintes informações para análise:

**Controle de emissão de cheques**

Cheque n.º	Data de Emissão	Valor
001	9.6.2017	R\$4.200,00
002	12.6.2017	R\$7.350,00
003	30.6.2017	R\$917,00
	TOTAL	R\$12.467,00

**Extrato da Conta Corrente Bancária**

Data	Histórico	Valor	Saldo
1.6.2017	Saldo Anterior		R\$30.000,00 C
5.6.2017	Tarifa de emissão de cheques	R\$18,00 D	R\$29.982,00 C
20.6.2017	Cheque compensado n.º 002	R\$7.350,00 D	R\$22.632,00 C
30.6.2017	Cheque compensado n.º 003	R\$917,00 D	R\$21.715,00 C

Em seguida, os auditores solicitaram o razão analítico para o Setor de Contabilidade, que apresentou os seguintes registros:

**Razão Analítico da Conta Corrente Bancária**

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
1.6.2017	Saldo Anterior			R\$30.000,00 D
5.6.2017	Tarifa Bancária		R\$18,00	R\$29.982,00 D
12.6.2017	Cheque n.º 001		R\$4.200,00	R\$25.782,00 D
30.6.2017	Cheque n.º 003		R\$917,00	R\$24.865,00 D

Informação Adicional:

- ✓ Em 3.7.2017, o cheque n.º 001, no valor de R\$4.200,00, foi compensado pelo banco.

**Considerando-se apenas as informações apresentadas, os auditores devem indicar que o saldo contábil que deve ser apresentado no Razão Analítico da Conta Corrente Bancária em 30.6.2017 é de:**

- a) R\$12.467,00.
- b) R\$17.515,00.
- c) R\$21.715,00.
- d) R\$24.865,00.

45. De acordo com a NBC TA 200 (R1) – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA, risco de detecção é:
- a) o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
  - b) o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
  - c) o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
  - d) o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
46. Ao realizar uma auditoria das Demonstrações Contábeis em uma instituição financeira, o auditor verificou a existência de fraude contra o Sistema Financeiro Nacional, praticada por empregados com funções significativas no Controle Interno.

**Considerando-se o que estabelece a NBC TA 240 (R1) – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO A FRAUDE, NO CONTEXTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, assinale a opção CORRETA em relação à comunicação que o auditor deve fazer ao identificar a fraude.**

- a) O auditor deve comunicar a descoberta da fraude aos responsáveis pela governança apenas, os quais deverão tomar todas as medidas cabíveis para a responsabilização dos fraudadores nos âmbitos administrativo, cível e penal, ficando o auditor, a partir da comunicação, isento de qualquer possibilidade de responsabilização legal.
- b) O auditor deve comunicar a descoberta da fraude somente aos fraudadores e aos gestores da empresa, uma vez que essa atitude preserva o princípio do contraditório e da ampla defesa, assegurados constitucionalmente a todos os cidadãos.
- c) O auditor deve comunicar a fraude ao Conselho Federal de Contabilidade e discutir com esse órgão a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para concluir a auditoria.
- d) O auditor deve comunicar a fraude às agências reguladoras e de controle, pois, embora o dever profissional do auditor seja o de manter a confidencialidade da informação do cliente, as responsabilidades legais do auditor podem sobrepor-se ao dever de confidencialidade em situações que possam resultar em danos à sociedade.

47. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil têm por limite o próprio objeto da perícia deferida ou contratada.
  - II. A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição.
  - III. Os procedimentos periciais contábeis visam a fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

**A sequência CORRETA é:**

- a) V, V, V.
- b) V, F, F.
- c) F, V, V.
- d) F, F, F.

48. Considerando-se o que estabelece a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, é **CORRETO** afirmar que:
- a) Em relação à execução da perícia contábil, o perito-assistente não pode, em nenhuma hipótese, manter contato com o advogado da parte que o contratou.
  - b) Os peritos não são obrigados a consignar as suas conclusões no final do laudo pericial contábil ou do parecer técnico-contábil, visto que em várias situações o laudo pode ser inconclusivo.
  - c) Quando se tratar de laudo pericial contábil, assinado em conjunto pelos peritos, a responsabilidade caberá apenas ao perito assistente.
  - d) Termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil.

**Leia o texto a seguir, sobre o qual versam as questões 49 e 50.**

**Maior participação feminina no mercado de trabalho  
injetaria 382 bilhões de reais na economia**

por Dimalice Nunes

Em 2014, os líderes do G20 se comprometeram a reduzir em 25% a diferença nas taxas de participação entre homens e mulheres até 2025. O relatório da OIT estima que, se esse objetivo fosse alcançado em nível global, ele teria o potencial de adicionar 5,8 trilhões de dólares à economia de todo o mundo, além de gerar grandes receitas fiscais em potencial.

Por exemplo, a receita global de impostos poderia aumentar em 1,5 trilhão de dólares, a maior parte em países emergentes (990 bilhões de dólares) e desenvolvidos (530 bilhões de dólares). A África do Norte, os Estados Árabes e o Sul da Ásia teriam os maiores benefícios, já que nessas regiões as diferenças nas taxas de participação entre homens e mulheres superam os 50 pontos percentuais.

De acordo com a OIT, a desigualdade de gênero continua a ser um dos desafios mais urgentes que o mundo do trabalho enfrenta. As mulheres são substancialmente menos propensas do que os homens a participar do mercado de trabalho e, uma vez no mercado de trabalho, elas têm menor probabilidade do que os homens de encontrar emprego, afirma o relatório. Além disso, a qualidade desse emprego ainda preocupa.

**Desemprego maior para elas**

Quando as mulheres participam do mercado de trabalho, elas têm maior probabilidade de estarem desempregadas do que os homens. Globalmente, a taxa de desemprego para as mulheres em 2017 é de 6,2%, representando uma diferença de 0,7 ponto percentual com relação à taxa de desemprego dos homens, de 5,5%.

No Brasil, entre 2012 e 2016, com a retração econômica, o índice de desemprego medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu de 7,9% para 12% – 13,6% na medida mais recente – enquanto a taxa de ocupação da população caiu de 56,3% em 2012 para 54% em 2016. Entre as mulheres o desemprego no fim de 2016 era de 13,8% enquanto atingiu 10,7% para os homens.

Em 2018, a OIT espera que as taxas de desemprego permaneçam relativamente inalteradas, o que manterá a desigualdade no atual patamar, sem nenhuma melhora esperada antes de 2021, com base nas tendências atuais.

Entre as mulheres empregadas em todo o mundo, quase 15% são trabalhadoras familiares não remuneradas, em comparação com mais de 5% dos homens. Nos países em desenvolvimento, onde cerca de 36,6% das mulheres e apenas 17,2% dos homens são empregados como trabalhadores familiares não remunerados, a diferença é maior, de 19 pontos percentuais.

## **Mudança cultural**

A preferência e a decisão da mulher de participar no mercado de trabalho e seu acesso a empregos de qualidade podem ser afetados por uma série de fatores, incluindo discriminação, educação, tarefas de cuidado não remuneradas, equilíbrio entre trabalho e família e estado civil.

A conformidade do papel de gênero também afeta a restrição das oportunidades de trabalho decente para as mulheres. O relatório mostra que 20% dos homens e 14% das mulheres pensam que não é aceitável para uma mulher trabalhar fora de casa.

Além dos benefícios econômicos, um maior engajamento feminino na força de trabalho teria um impacto positivo no seu bem-estar, já que a maioria das mulheres gostaria de trabalhar, 58%.

O relatório recomenda medidas abrangentes para melhorar a igualdade das condições de trabalho e reformular os papéis de gênero, como promover a igualdade de remuneração; abordar as causas da segregação ocupacional e setorial; reconhecer, reduzir e redistribuir as tarefas de cuidado não remuneradas; e transformar as instituições para prevenir e eliminar a discriminação, a violência e o assédio no mundo do trabalho.

Políticas públicas são essenciais para amparar a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, mas as empresas podem e devem ser agentes de mudança cultural. A *startup* ImpulsoBeta se propõe a criar estratégias e colocar em prática ações para promover a diversidade de gênero dentro das empresas.

A sócia-fundadora da empresa, Renata Moraes, explica que, mesmo entre as grandes empresas, poucas têm de fato estratégias de recursos humanos para a valorização do capital humano. "Os princípios teóricos já estão estabelecidos, há diretrizes da ONU Mulheres. O desafio é convencer os CEOs de que isso (a inclusão e retenção de mulheres) é um valor para o negócio", afirma.

Renata explica que existem crenças profundamente arraigadas nas empresas, como a de que mulheres serão menos comprometidas que os homens em determinadas fases da vida, como quando têm filhos. "A cultura do trabalho não é a cultura da diversidade. Ainda se vê valor na disponibilidade 24 por 7, mas homens mais jovens também não estão mais dispostos a isso", lembra. "As empresas se dizem meritocráticas, mas não observam de fato os resultados. A definição do que é talento e comprometimento replicam ideais que são contraditórios", conclui.

A OIT prevê que essas taxas permanecerão inalteradas em 2018. No Brasil, mulheres são 56% da força de trabalho, índice melhor que a média global, mas ainda assim 22,1 pontos percentuais menor que a masculina, estimada em 78,2%.

Dimalice Nunes in Revista Carta Capital, — publicado 26/06/2017 00h16, última modificação 23/06/2017 17h2,  
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/menor-participacao-feminina-no-mercado-de-trabalho-injetaria-382-bilhoes-de-reais-na-economia> (texto adaptado)

49. Segundo Luiz Carlos Travaglia, Professor de Língua Portuguesa e Linguística e pesquisador do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, o **Gênero Textual** se caracteriza por exercer uma função social específica. Para ele, essas funções sociais são pressentidas e vivenciadas pelos usuários. Isso equivale dizer que, intuitivamente, sabemos que gênero usar em momentos específicos de interação, de acordo com a função social dele. Quando vamos escrever um e-mail, sabemos que ele pode apresentar características que farão com que ele “funcione” de maneira diferente. Assim, escrever um e-mail para um amigo não é o mesmo que escrever um e-mail para uma universidade, pedindo informações sobre um concurso público, por exemplo.

(<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/g00003.ht>)

**Sobre o texto em estudo, está CORRETA a afirmativa:**

- a) Trata-se de um texto cuja intenção é informar sobre a participação das mulheres no mercado global de trabalho e, para isso, usa predominantemente a denotação.
- b) Publicado em uma revista semanal jornalística, suporte com predominância de notícias e reportagens, apresenta número significativo de metáforas, o que deixa o texto mais acessível ao leitor.
- c) Com predomínio da linguagem informal, o texto garante, pela coloquialidade, o alcance de seu público alvo, interessado em atualidades e exigente pouco afeito a linguagens rebuscadas.
- d) Apresenta-se predominantemente expositivo, o que se garante pelo tom opinativo acerca dos dados apresentados, promovendo a qualidade do trabalho feminino em favor do crescimento global.

50. “A diminuição das **diferenças de gênero no mercado de trabalho** poderia aumentar o PIB brasileiro em 3,3%, ou 382 bilhões de reais, e acrescentar 131 bilhões de reais às receitas tributárias. Para isso, seria necessário o Brasil reduzir em 25% a desigualdade na taxa de presença das mulheres no mundo do trabalho até 2025, compromisso já assumido pelos países que compõem o G20. “Os dados fazem parte do estudo **Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências para Mulheres 2017**, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em números absolutos, se a participação feminina crescesse 5,5 pontos percentuais, o mercado de trabalho brasileiro ganharia uma mão de obra de 5,1 milhões de mulheres. Ainda segundo os dados da OIT, a taxa de participação na força de trabalho global para as mulheres em 2017 é de pouco mais de 49%, 27 pontos percentuais menor do que a taxa para os homens (76%).”

**Quanto à coesão textual do trecho em destaque, está CORRETA a alternativa:**

- a) “Ainda segundo os dados da OIT” é expressão com intenção persuasiva, cujo efeito é o de crítica ao predomínio do homem no mercado de trabalho, 51% maior que a participação feminina.
- b) Em “Os dados fazem parte do estudo...”, o termo “os dados” retoma a expressão “... estudo *Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências para Mulheres 2017*”.
- c) Em “se a participação feminina crescesse 5,5 pontos percentuais”, encontra-se a idéia de causa, de motivação para o aumento da mão de obra brasileira, que passaria a contar com 5,1 milhões de mulheres.
- d) “Para isso” conecta a segunda frase à primeira, indiciando condições para que a diminuição das diferenças de gênero no mercado de trabalho contribua para aumento do PIB e acréscimo de valores às receitas tributárias.